

Ensaio—Tomo VII

Paideia

António Sérgio

3. Tanto na escola superior como na instrução geral (primária e secundária), o estado de coisas deveria modificar-se sob a ideia directriz do trabalho produtivo. Na escola superior, a solução é simples; na primária e na secundária, muitíssimo mais difícil. Só nestas últimas se encontra o problema pedagógico verdadeiro, o problema de psicologia, resultante de que se tem aqui, não de comunicar uma ciência (ou, melhor dito, o método de investigação de uma ciência) a um espírito já adulto, mas de fomentar o crescimento de um espírito infantil.

Que significa introduzir na Universidade o princípio do trabalho produtivo? Significa dar-lhe aquele carácter que Paulsen acentuou na sua obra, já hoje clássica, sobre as Universidades alemãs; significa iniciar os seus estudantes no trabalho da investigação :

«Segundo a concepção germânica» — diz este autor — «o lente universitário tem uma *dupla função* a realizar: é, primeiro, um investigador produtivo, e, depois, um mestre de ciência. O carácter específico da Universidade alemã depende da união destas duas funções; a Universidade é a um tempo uma academia e uma escola, tendendo a considerar-se acima de tudo como criadora de ciência. Foram Fichte e Schleiermacher que primeiro exprimiram fortemente esta nova concepção, exigindo que o professor não somente conhecesse o que já foi feito e descoberto, mas enriquecesse por sua vez o corpo dos conhecimentos. A produção científica é de tal maneira salientada entre as condições de admissão no professorado que suplanta tudo mais. Entre os requisitos a que o candidato deve satisfazer, não se insiste sobre a extensão dos seus conhecimentos e sua facilidade em os comunicar, mas sobre o valor da obra feita e sobre a sua capacidade para a pesquisa original. É a este sistema que a Alemanha deve, sobretudo, a posição que ela ocupa no mundo científico contemporâneo.»

Eis aí o que diz Paulsen; pois, senhores, repete-se agora o caso anterior: estas ideias, que temos hoje de proclamar como revolucionárias no nosso país, encontramos-las sustentadas por Alexandre Herculano em 1841, quer dizer, há setenta e sete anos:

«A Universidade deve ser o padrão por onde se afira tudo que diz respeito à inteligência: a sua missão é *duplicada*: de *escola*, quando provê de novos sujeitos as classes excepcionais; de *academia*, quando os seus membros, *vivendo pela ciência e para a ciência*, têm na mão o *facho dos progressos especulativos*.»

Escola e academia, diz Herculano: precisamente as palavras do filósofo alemão, que, aliás, escreveu muito depois.

Por isso me parece necessária a criação de institutos de investigação científica —talvez dentro de uma Junta de Propulsão dos Estudos — intimamente ligados às Universidades.

Mas há mais. A decadência aparecerá maior ainda se compararmos a *elite* directriz dos últimos quarenta anos com a ilustre plêiade «estrangeirada» da segunda metade do século XVIII. Um dos representantes dessa plêiade, D. Francisco de Lemos, o reformador da Universidade, criticava nestes termos em 1777 — há cento e quarenta anos — o sistema universitário de só ensinar a ciência feita, com prejuízo da investigação:

«Tem mostrado a experiência que as Universidades *nem têm infelizmente promovido estes conhecimentos*, nem têm recebido com a prontidão necessária os descobrimentos que de novo se têm feito em todas as ciências, porque, sendo destinadas ao ensino público, se julgam limitadas a um curso de lições positivas.»

Como se vê, ainda se resiste em Portugal à realização de uma ideia que todos os povos adoptaram, e que foi no País apresentada pelo reformador da Universidade há perto de século e meio!

Em resumo: cumpre introduzir na educação superior a actividade criadora do investigador científico; cumpre acabar com a exclusividade do sistema dos concursos; cumpre buscar onde quer que eles estejam, em Portugal ou no estrangeiro, os homens de competência já provada. Além disto, há um requisito a exigir da escola técnica superior (de agronomia, de engenharia, de medicina, etc): é introduzir o estudante na vida concreta da profissão. Com efeito, exercer o mister de médico não é, por assim dizer, o simples somatório de fazer anatomia, fisiologia, patologia, matéria médica, e assim por diante; exercer o mister de engenheiro agrónomo não é também o somatório de fazer física agrícola, química agrícola, e botânica; exercer o mister de oficial de marinha não é o simples somatório de fazer astronomia, meteorologia, balística, cronometria. Num caso, o doente; no segundo, a granja; no terceiro, o mar, — assimilam os conhecimentos numa síntese viva e especial que torna o excelente clínico, o excelente agrónomo, o excelente marinheiro, uma coisa diversa de um excelente sábio nas ciências subsidiárias das respectivas profissões.

Nas escolas de engenharia e de agronomia traduz-se este requisito por uma outra condição: o contacto íntimo — e o mais íntimo possível — com o industrial e o agricultor. Seja a escola uma dependência da fábrica, a fábrica uma continuação da escola. Este carácter, que tenho exposto e reclamado desde há anos, e que torna a escola directamente intensificadora da produção, é o melhor remédio que ela tem contra as tendências parasitárias.

Introduzidos nas escolas superiores, como caracteres capitalíssimos, a investigação científica e o viver profissional, ficam reformadas essas escolas segundo o princípio director do trabalho produtivo. Introduzir a investigação é introduzir investigadores; e, para isso, atrair os que existam em Portugal, contratar no estrangeiro notabilidades científicas, mandar aos grandes centros os estudantes portugueses.

Passemos agora à instrução geral, onde a reforma, como lhes disse, é bem mais difícil de realizar.

4. A introdução do trabalho produtivo na instrução geral não se pode fazer radicalmente, e num instante, em todas as escolas de um país, sobretudo se esse país é o nosso, tão imensamente atrasado no campo da pedagogia. Mas podemos

introduzir desde já, aqui e ali, vários elementos, vários factores, vários caracteres, em suma, da escola de trabalho.

A característica da escola de trabalho, tal como eu a compreendo, não é apenas uma questão de método, mas também um conceito determinado da função educativa. Que pretendemos nós? Dar aos espíritos a capacidade de um contínuo desenvolvimento e aperfeiçoar a sociedade em que vivemos. Estes dois objectivos reduzem-se, afinal, à mesma ideia, porque desenvolver os indivíduos é aperfeiçoar a sociedade, e porque do carácter da sociedade depende, por sua vez, o desenvolvimento dos indivíduos. Mas por que meio, e de que forma, influencia cada um de nós (de maneira normal e persistente) a sociedade de que faz parte? Pelo trabalho da profissão. A escola deve, por isso mesmo, ajudar o aluno a bem escolher o seu mister na sociedade e a exercê-lo o melhor possível, fazendo-o considerar esse mister, não só no interesse do indivíduo, mas também como instrumento do progresso da comunidade. Preparar uma pessoa para melhorar a sociedade significa, na maioria dos casos, dar-lhe um conceito moral da respectiva profissão, isto é, fazer--lhe considerar o exercício da profissão, não como um meio para fins individuais (ou só para fins individuais), mas como um meio para fins sociais: como um meio de aperfeiçoar a sociedade, de a tornar mais justa.

Dir-se-á que encerro a moral nos limites da sociedade. Assim faço realmente, por isso que incluo no social não somente a sociedade dada, a sociedade de hoje, mas qualquer laço social concebível pelo indivíduo. Neste sentido, todo conceito moral é um conceito de sociedade, e sobretudo o da sociedade ideal que concebemos para o futuro.

Tal a razão, digamos de filosofia social, em que se funda a escola de trabalho; permitam-me que lhe junte algumas outras. A razão psicológica, em primeiro lugar. A psicologia revelou que o conhecimento não é só o produto de uma função de mera curiosidade especulativa: a ciência formou-se, em grande parte, para satisfação das necessidades vitais do indivíduo, e o próprio espírito nos aparece como organização de actividades. Ninguém hoje considera o espírito uma série de faculdades já feitas, contemplando desinteressadamente um mundo de coisas que já estão dadas: não; a inteligência aparece, repito, como organização de actividades, e a criança é um ser essencialmente activo. Por isso mesmo a instrução escolar será tanto menos artificial, tanto mais da vida da criança, quanto mais os conhecimentos forem tomados como meios práticos de organizar a sua espontânea actividade. Ora essa espontânea actividade assume, naturalmente, a forma do trabalho criador. O trabalho é o veículo, portanto, da aquisição dos conhecimentos.

Mas no seu papel de organizadora de actividades, a educação não tem por objecto manter a estrutura da sociedade de hoje; tem por objecto melhorá-la, revolucioná-la. Ora o problema da sociedade de hoje é (todos o sabemos) coarctar as depravações da organização capitalista, abolir a exploração do homem pelo homem, encaminhar-nos para o ideal de uma sociedade sem classes, tornar humano e agradável o trabalho de cada um. A escola deve, conseqüentemente, ir afastando o operário da condição de mecanismo a que a moderna indústria, em grande parte, o reduziu, e dar-lhe para isso a consciência do alcance geral do seu trabalho — torná-lo partícipe consciente de uma faina de comunidade; e, pelo que respeita à burguesia,

fazer com que os seus filhos possam viver, digamos assim, o ponto de vista largamente humano em que o problema social se nos impõe. Só a escola essencialmente activa, para ricos e para pobres, pode fundir todas as classes numa comunidade humana superior: por um lado, elevando o trabalho à dignidade de uma concepção geral e filosófica; por outro, banindo o dualismo pedagógico que divorcia as classes desde a escola: em baixo, a simples instrução do *abc*, mecânica e utilitária, para o homem do povo; em cima, essa etérea educação falsamente aristocrática, meramente especulativa e sem ligação com o trabalho, que se dá, ainda hoje, às classes dirigentes da sociedade.

Se estes motivos se recomendam em todos os países civilizados, muito especialmente se recomendam nas circunstâncias portuguesas. Por enquanto, patrões da indústria e operários podem unir-se em Portugal na mesma campanha libertadora. Sofremos os abusos de uma oligarquia tipificada pelo negociista, pelo intermediário, pelo agiota, pelo especulador, pelo açambarcador, pelo mau político, pelo acumulador de ordenados; e diante deles, impotentes porque isolados, o intelectual que se não escraviza (o que é uma espécie muito rara), o pequeno burguês e o operário. A reunião destas três espécies na mesma comunidade de trabalho — na mesma escola de educação activa — dará um agente de realização plena do ressurgimento português. Por seu turno, só a colaboração destas três espécies pode criar, com vida intensa, a escola de trabalho verdadeira.

E essa escola, bem realizada, é a melhor escola do carácter. Que pretende ela? Formar o cidadão no trabalhador — entendendo por cidadão o partícipe dedicado e consciente de uma humana comunidade, de uma reforma cooperativa. Quer dizer: adoptando primeiramente um conceito cívico da profissão, e, depois, generalizando gradualmente o conceito de civismo, até incluir no seu domínio todo o conceito de moralidade. O grande instrumento social é o livre organismo da profissão, e dentro do organismo da profissão existe uma espécie de trabalho que é o de mais largo interesse humano: o trabalho manual. Por outro lado, não deveríamos esquecer que os gostos intelectuais — os puramente intelectuais — na maioria dos homens não são tão fortes que se possa basear sobre eles a educação dos caracteres. Pelo contrário, é só o treino manual que, além de manter nos filhos do povo o amor ao trabalho de seus pais, nos permite estabelecer, de maneira a todos acessível, modelos evidentes e incontestáveis de trabalho honesto e de perfeição.

Nem todos podem sentir e ajuizar a superioridade artística de um poema, a solidez científica de uma teoria: mas podem todos aprender o que seja uma mesa bem construída, ou uma exploração agrícola modelar.

No entanto, cumpre acentuar que o essencial é o *método* com que se dá essa instrução. Não se trata simplesmente de fazer operações manuais, mas de realizar uma actividade de maneira a salientar ao mesmo tempo as conexões que ela implica (conexões de natureza científica, psicológica e moral), extraindo dela o máximo possível de autodomínio para a vontade, de visão clara para a inteligência, e fazendo tender todos os esforços para a comunidade de trabalho, para a cooperação revolucionária. O indivíduo adquire assim, a partir do seu próprio esforço, a intuição da sociedade, da sua dependência em relação a ela e do seu poder de a modificar para uma maior perfeição.

Uma outra razão é fornecida pela evolução da indústria moderna. Se a ciência, em grande parte, teve origem nas necessidades das indústrias (incluo nestas a indústria agrícola), reciprocamente as indústrias foram-se tornando cada vez mais, a partir do século XVIII, actividades de ciência, já pelos instrumentos de que elas usam, já ainda pela própria técnica da exploração industrial. Quando explora bem e à moderna, os processos do industrial são processos de cientista, e a máquina de vapor ou de explosão, a química, a electricidade, a biologia, invadiram completamente toda a actividade produtora. Resultou destes factos, para os processos industriais, um conteúdo científico enormíssimo. De aí os recursos instrutivos dos trabalhos das profissões; de aí o tesouro que neles pode achar, para a sua obra, qualquer professor de instrução geral.

Chegamos finalmente à razão nacional. «A moralidade colectiva», escreveu Antero, «é um facto, em grande parte, de ordem económica.» Mais uma tese que é verdadeira em todos os países, mas muito especialmente na nossa terra. Toda a perturbação da nossa vida se vai entroncar, em última análise, na inferioridade económica do Português; realizamos o ditado do nosso povo: casa onde não há pão, todos ralham, ninguém tem razão. O sistema oligárquico cria mendigos, e faz dos mendigos seus partidários; as instituições económicas afogam o País em benefício da oligarquia, da Alta Ganância, que nelas anicham os seus clientes, e às quais, pela multidão de servidores que a mendicidade lhes fornece, não temos energia para meter na ordem; a grande violência das lutas políticas é um efeito do pedintismo, da nossa ânsia pelos empregos públicos. Por todo Portugal vão crescendo jovens que, não achando condições de prosperidade (em si e no ambiente) ou por agricultura ou por indústria, são forçados a escolher entre três caminhos: a fuga para o Brasil, a entrada pacífica na oligarquia, ou a entrada violenta, pela insurreição. Isto é geométrico e fatal, nas condições actuais económico-educativas; contra isto não há pregações, não há idealismos, não há moral nem filosofia que possam valer e triunfar; para isto são botas todas as armas — da crença, da ideia, do heroísmo e do carácter; sucumbem diante disto o balázio e a retórica, os tribunos e as revoluções. Cada revolução, cada ideologia, cada tribuno, desde 1820 até hoje, traz uma revoada de burocratas para as secretarias do Terreiro do Paço, e uma invasão de Lisboa pelos sem-trabalho da província *. Diante disto, a primeira sensata filosofia é dar de comer a quem tem fome; a primeira moral, empregar quem não tem emprego; empregá-los, não nas secretarias, mas na produção, criando condições de prosperidade para a nossa gente que as não tem, para os pobres agrícolas que a oligarquia aperreia, para os pedintes que se atropelam às portas do Estado, que exasperam as lutas das clientelas, que obrigam a gastar milhares de contos em coisas que se fariam pela décima parte, e que, por serem servos da Alta Ganância, estorvam os espíritos independentes de efectuar a obra do ressurgir da Grei. Cumpre educar homens, portanto, capazes de prosperarem pela produção — e, para isso, de soltar o garrote do parasitismo em que agoniza a sociedade. O problema moral português implica um problema de economia; e, se a solução agrícola depende, sobretudo, de libertarmos o rústico pelo cooperativismo, pelo crédito fácil, pela diminuição da renda, de favorecermos numa parte da nossa metrópole o arredondamento da propriedade, de suscitarmos em outra a propriedade média — e a pequena — em regime individual ou cooperativo, e de renovarmos os métodos da agricultura; a industrial, de tirarmos enfim energia eléctrica dos nossos

carvões e das nossas águas, em condições da máxima barateza para os consumidores de tal energia, sem os sacrificarmos ao lucro dos capitalistas; de educarmos o operário para a sua elevação social; e de facilitarmos o crédito ao homem pobre: — a solução pedagógica é uma escola activa, uma escola do trabalho associado e livre.

* Este último facto já foi denunciado, em 1820-26, por José Agostinho de Macedo. Em 1834 chamava-se ao cais do Terreiro do Paço o *cais da paciência*, por ser aí que, desembarcados, esperavam despacho os pretendentes provincianos.

Sérgio, António (1974) Obras Completas – Ensaio tomo VII. Lisboa, Livraria Sá da Costa. Pp. 222- 230 (pontos 3 e 4 da PAIDEÍÁ)